

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.184, DE 2001

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de números de telefone do Procon e da Anatel nas contas de telefonia fixa e móvel.

Autor: Deputado Fernando Coruja

Relator: Deputado Celso Russomanno

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em 6 de maio de 2005 apresentamos a esta Comissão nosso parecer ao Projeto de Lei nº 4.184, de 2001, pela aprovação na forma de um substitutivo. Na reunião deliberativa em que a proposição foi discutida e votada, o ilustre Deputado Luiz Antônio Fleury ponderou que a figura de empresa autorizatória ainda não existe, não sendo conhecido, ainda, se as futuras autorizatórias operarão em telefonia fixa ou móvel. Em seguida, sugeri a este Relator a retirada da expressão *autorizatória* do texto proposto para o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.472/97 no Substitutivo, para maior precisão do dispositivo.

Julgamos pertinentes as observações apresentadas, e acatamos a sugestão formulada, pelo que apresentamos o Segundo

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.184, de 2001, e o Projeto de Lei 6.465, de 2002 com o texto do citado parágrafo único modificado.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Celso Russomanno
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SEGUNDO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.184, DE 2001

(Apensado PL 6.465 de 2002)

Altera as Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para obrigar a divulgação dos números dos telefones das respectivas agências reguladoras, destinados a acolher sugestões, dúvidas e reclamações referentes aos serviços por elas fiscalizados, nas faturas enviadas aos usuários pelas prestadoras dos serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º- B:

“Art. 7º-B As concessionárias referidas no artigo anterior farão constar nas faturas de seus serviços, bem como em qualquer correspondência destinada aos usuários, o número da linha telefônica ou do código de acesso a chamada franqueada por meio da qual os mesmos possam encaminhar suas reclamações, dúvidas ou sugestões às respectivas agências reguladoras ou órgãos concedentes.”

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. A concessionária ou a permissionária de serviços telefônicos fixos e móveis fará constar nas faturas de seus serviços, bem como em qualquer correspondência destinada aos usuários, o

número da linha telefônica ou do código de acesso a chamada franqueada por meio da qual os mesmos possam encaminhar suas reclamações, dúvidas ou sugestões à Agência a que se refere o art. 8º.”

Art. 3º O art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

§ 1º-A As embalagens dos bens e produtos a que se refere o parágrafo anterior conterão o número da linha telefônica ou do código de acesso a chamada franqueada por meio da qual os mesmos possam encaminhar suas reclamações, dúvidas ou sugestões à Agência a que se refere o art. 8º.”

Art. 4º O art. 3º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único: A operadora fará constar nos documentos de cobrança das contraprestações pecuniárias, bem como de qualquer correspondência destinada aos usuários de seus serviços, o número da linha telefônica ou do código de acesso a chamada franqueada por meio da qual os mesmos possam encaminhar suas reclamações, dúvidas ou sugestões à ANS.”

Art. 5º Os números das linhas telefônicas ou dos códigos de acesso a que se refere esta Lei constarão, necessariamente, nas listas telefônicas obrigatórias gratuitas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2005.

Deputado Celso Russomanno
Relator